

Falsos problemas

Divonzir Arthur Gusso

JORNAL DE BRASIL

Temos um lamentável ponto de partida: o debate público sobre a educação no Brasil está se mostrando acanhado, pouco objetivo — dir-se-ia que até lhe sobram lamúrias e lhe falta paixão legítima — e, por isso, pouco fértil. Em geral, ele enfatiza os aspectos negativos (em verdade, nem poucos, nem negligenciáveis) e cultiva uma imagem de que o sistema educativo escolar despenca, irremediavelmente, ladeira abaixo.

Não se conta, de início, que se esgotaram as estruturas sobre que se assenta o sistema escolar, assim como as dos demais sistemas que institucionalizam os mecanismos de proteção social e de provisão de bens e serviços de uso coletivo (saúde, habitação, transportes urbanos). E que esta é uma faceta, das mais importantes, da crise econômico-social que o País experimenta ao longo da década de 80.

Isto não quer dizer que o sistema educativo-escolar brasileiro esteja em estado de abulia. Ao contrário, multiplicam-se projetos sérios, mas pouco divulgados, que procuram romper com a mesmice das administrações rotineiras. E o novo forçando para impôr-se ao ultrapassado, que, no entanto, resiste e ainda predomina no cerne das políticas públicas.

Estas, justamente por responderem a avaliações envelhecidas, atiram em alvos errados: "Merenda e mais salas de aula para atrair os que estão fora da escola"; "centenas de escolas profissionalizantes no interior", ou "aumentar a eficiência das universidades públicas, reduzindo-lhes os gastos e oferecendo cursos noturnos".

Sabe-se, hoje, que é um equívoco grave atribuir o insucesso e a exclusão escolar apenas às condições de pobreza do aluno, ou à superlotação e precariedade das salas de aula.

Normas curriculares burocratizantes, má qualificação, desengajamento político-social e desamparo dos docentes e descaso e mercantilização na produção de livros e materiais didáticos contam-se entre os determinantes mais fortes do dia-a-dia da escola. Frustrando a capacidade natural de desenvolvimento de crianças e adolescentes, ritualizando perversamente a relação aluno-professor e sacramentando a "transmissão" de valores, conteúdos e atitudes estereotipados e socialmente irrelevantes.

Do mesmo modo, algumas propostas para a educação de jovens escamoteiam alguns fatos essenciais: 1) eles têm dificuldades de empregar-se porque o País não vem criando empregos; 2) dos alunos que ingressam no ensino médio (um quinto dos que iniciaram o básico), a metade já trabalha e tenta obter, em cursos noturnos, diplomas sem qualquer lastro de aprendizagem; 3) aí e no ensino fundamental, a educação geral não tem qualidade para embasar a formação profissional em instituições especializadas ou no local de trabalho, onde, efetiva e permanentemente, ela se dá.

Não obstante, insiste-se em implantar centenas de escolas técnicas federais no interior e apresentam-se, no Congresso, mais de três mil projetos de emenda ao orçamento com o mesmo objetivo. Ignorando esses problemas, os custos destas unidades (cerca de US\$ 5 milhões em sua instalação e outros US\$ 900 mil por ano para mantê-las) e que elas serviriam a pouquíssimos, deixando o resto como está.

Finalmente, as universidades públicas não são ineficientes por gastarem muito, mas por não saberem exatamente quanto e o que, exatamente, se quer que elas produzam. E se acredita que as escolas superio-

res privadas custam menos, o que é uma falsa aparência. Boa parte delas — agrupadas em empresas oligopólicas — dá enormes lucros por não ter qualquer compromisso com qualidade, seja da parte dos dirigentes e docentes, seja dos próprios alunos. E as que assim não agem estão por desaparecer, exatamente por causa da ineficácia dos controles de anuidades, que acabam por servir bem aos oligopólios.

Enquanto isso, os sistemas de comunicação social "fazem a cabeça" do brasileiro mais do que a escola o pode. Estudantes de sete a 14 anos passam, por semana, não menos de 21 horas assistindo à televisão, 6,5 horas estudando em casa e 17,5 horas frequentando aulas (quando não há greves). É preciso ver, porém, que, apesar da sua boa qualidade formal, estes sistemas estão oligopolizados e são escassamente pluralistas em seus critérios de informação e formação de opiniões e atitudes.

Promessas de "mais escolas", "ensino profissionalizante" e "vagas no ensino noturno" podem até aliciar votos entre eleitores mal-informados, mas certamente custam mais dinheiro e darão menos resultados do que daria um pacto educativo-cultural, política e ideologicamente amplo, para construir novas estruturas para a educação escolar e para democratizar os sistemas de comunicação social e o acesso à indústria cultural.

Sem esta guinada, dificilmente o Brasil adquirirá a modernidade — política, social e econômica — que se alardeia necessária, para não ficarmos marginalizados do século XXI, que já começou... lá fora.

□ Divonzir Arthur Gusso é economista, membro da Coordenadoria de Política Social do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea)